

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	63
---	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.201.730
Preferenciais	11.147.908
Total	17.349.638
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	407.595	429.657
1.01	Ativo Circulante	141.107	161.494
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.779	13.690
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.779	13.690
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.148	3.104
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.148	3.104
1.01.03	Contas a Receber	43.579	33.044
1.01.03.01	Clientes	43.579	33.044
1.01.04	Estoques	42.887	73.520
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.228	28.155
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.328	336
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.158	9.645
1.01.08.03	Outros	10.158	9.645
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedores	5.912	3.438
1.01.08.03.02	Outros ativos	4.246	6.207
1.02	Ativo Não Circulante	266.488	268.163
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	87.802	88.528
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	87.802	88.528
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	76.030	76.893
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.911	8.776
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	2.110	2.110
1.02.01.09.05	Outros ativos	751	749
1.02.02	Investimentos	24.278	24.100
1.02.02.01	Participações Societárias	24.278	24.100
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	24.278	24.100
1.02.03	Imobilizado	145.794	146.468
1.02.04	Intangível	8.606	9.047
1.02.04.01	Intangíveis	8.606	9.047
1.02.05	Diferido	8	20

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	407.595	429.657
2.01	Passivo Circulante	500.734	522.137
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.953	12.709
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.953	12.709
2.01.02	Fornecedores	47.069	74.505
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	44.093	71.574
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.976	2.931
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.779	2.943
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	381.773	377.196
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	381.773	377.196
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	198.129	192.069
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	183.644	185.127
2.01.05	Outras Obrigações	55.160	54.784
2.01.05.02	Outros	55.160	54.784
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	26	26
2.01.05.02.04	Outros	9.858	13.830
2.01.05.02.06	Tributos Parcelados	980	1.060
2.01.05.02.07	Contas a pagar - descontinuidade de negócios	20.944	22.175
2.01.05.02.08	Empresas relacionadas	23.352	17.693
2.02	Passivo Não Circulante	20.187	17.579
2.02.02	Outras Obrigações	20.187	17.579
2.02.02.02	Outros	20.187	17.579
2.02.02.02.03	Provisão para riscos e discussões judiciais	16.161	13.477
2.02.02.02.04	Tributos Parcelados	3.848	3.977
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	178	125
2.03	Patrimônio Líquido	-113.326	-110.059
2.03.01	Capital Social Realizado	171.273	171.273
2.03.03	Reservas de Reavaliação	11.576	11.703
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-296.175	-293.035

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	94.902	93.524
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-84.899	-87.565
3.03	Resultado Bruto	10.003	5.959
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.057	-6.568
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.270	-3.510
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.900	-5.222
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1.143	848
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	256	1.316
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-54	-609
3.06	Resultado Financeiro	-3.214	-4.604
3.06.01	Receitas Financeiras	6.340	17.234
3.06.01.01	Receita Financeira	213	1.359
3.06.01.02	Variação Cambial e Monetária	6.127	14.826
3.06.01.03	Variação Cambial - Fundo Exclusivo	0	1.049
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.554	-21.838
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-9.554	-10.906
3.06.02.02	Variação Cambial - Fundo Exclusivo	0	-984
3.06.02.03	Variação Cambial e Monetária	0	-9.948
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.268	-5.213
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	75
3.08.02	Diferido	0	75
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.268	-5.138
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-9.031
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-9.031
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.268	-14.169
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,18840	-0,81670
3.99.01.02	PN	-0,18840	-0,81670

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.268	-14.169
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-127	-145
4.02.01	Realizacao da Reserva de Reavaliacao	-127	-220
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuicao Social Diferidos s/ Reserva de Reavaliacao	0	75
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.395	-14.314

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-846	-26.253
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.007	-8.654
6.01.01.01	Resultado liquido de operacao continuada	-3.268	-5.138
6.01.01.02	IR e CS Diferidos	0	-75
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	4.192	3.850
6.01.01.04	Resultado na venda de ativo permanente	0	187
6.01.01.05	Equivalencia Patrimonial	-256	-1.316
6.01.01.06	Provisão p/ Risco e Discussoes Judiciais	2.684	141
6.01.01.07	Juros Provisionados s/ Empréstimos e Financiamentos	7.480	6.752
6.01.01.08	Efeito de Variacao Cambial	-5.825	-4.024
6.01.01.09	Resultado liquido de operacao descontinuada	0	-9.031
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.853	-17.599
6.01.02.01	Duplicatas a Receber	-10.535	-14.172
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	-73	-3.141
6.01.02.03	Titulos e Valores Mobiliários	956	-1.203
6.01.02.04	Outros	1.833	-6.736
6.01.02.05	Estoques	30.633	696
6.01.02.06	Fornecedores	-27.436	18.194
6.01.02.07	Contas a Pagar da Descontinuidade dos Negocios	-1.231	-11.237
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.065	-1.129
6.02.03	Compra de Imobilizado	-3.065	-1.129
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.000	-50.879
6.03.01	Outros Direitos e Obrigações de ELP	0	-4.308
6.03.02	Juros pagos por emprestimos e financiamentos	0	-11.017
6.03.03	Depósitos Judiciais	0	-187
6.03.04	Empréstimos e Financiamentos Tomados	3.000	0
6.03.05	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	0	-50.567
6.03.06	Pagamento de dividendos a controladores	0	15.200
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-911	-78.261
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.690	126.174
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.779	47.913

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.273	0	0	-293.035	11.703	-110.059
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.273	0	0	-293.035	11.703	-110.059
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.141	-127	-3.268
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.268	0	-3.268
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	127	-127	0
5.07	Saldos Finais	171.273	0	0	-296.176	11.576	-113.327

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.273	0	0	-156.325	12.253	27.201
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.273	0	0	-156.325	12.253	27.201
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.169	0	-14.169
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.169	0	-14.169
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	145	-145	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	145	-145	0
5.07	Saldos Finais	171.273	0	0	-170.349	12.108	13.032

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	119.745	145.215
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	119.466	144.754
7.01.02	Outras Receitas	17	144
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	262	317
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-70.220	-93.715
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-49.316	-67.234
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.703	-26.481
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-201	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	49.525	51.500
7.04	Retenções	-4.192	-3.850
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.192	-3.850
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	45.333	47.650
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.596	18.550
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	256	1.316
7.06.02	Receitas Financeiras	6.340	17.234
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	51.929	66.200
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	51.929	66.200
7.08.01	Pessoal	20.818	27.019
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24.825	31.512
7.08.02.01	Federais	24.825	31.512
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.554	21.838
7.08.03.01	Juros	9.554	21.838
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.268	-14.169
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.268	-14.169

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	420.224	448.615
1.01	Ativo Circulante	166.347	192.593
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.574	26.090
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.574	26.090
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.373	3.170
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.373	3.170
1.01.03	Contas a Receber	48.342	37.751
1.01.03.01	Clientes	48.342	37.751
1.01.04	Estoques	51.338	85.243
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.791	29.779
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.929	10.560
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.361	339
1.01.08.01.01	Despesa do exercício seguinte	1.361	339
1.01.08.03	Outros	10.568	10.221
1.01.08.03.01	Adiantamentos a fornecedores	6.239	3.884
1.01.08.03.02	Outros ativos	4.329	6.337
1.02	Ativo Não Circulante	253.877	256.022
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	88.146	88.869
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	88.146	88.869
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	76.030	76.893
1.02.01.09.03	Depósito Judiciais	9.118	8.976
1.02.01.09.04	Tribustos a Recuperar	2.111	2.111
1.02.01.09.05	Outros Ativos	887	889
1.02.03	Imobilizado	157.117	158.080
1.02.04	Intangível	8.614	9.073
1.02.04.01	Intangíveis	8.606	9.047
1.02.04.01.02	Intangível	8.606	9.047
1.02.04.02	Goodwill	8	26
1.02.04.02.01	Diferido	8	26

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	420.224	448.615
2.01	Passivo Circulante	513.021	540.903
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.315	13.185
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.315	13.185
2.01.01.02.01	Salários e Encargos Sociais	11.315	13.185
2.01.02	Fornecedores	50.332	78.857
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	47.203	75.926
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	3.129	2.931
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.198	4.090
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.198	4.090
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	408.700	403.520
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	408.700	403.520
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	225.055	218.393
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	183.645	185.127
2.01.05	Outras Obrigações	35.476	41.251
2.01.05.02	Outros	35.476	41.251
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	27	27
2.01.05.02.05	Tributos Parcelados	1.703	1.769
2.01.05.02.06	Outros Passivos	12.802	17.280
2.01.05.02.07	Contas a pagar - descontinuidade de negócios	20.944	22.175
2.02	Passivo Não Circulante	20.530	17.771
2.02.02	Outras Obrigações	4.110	4.102
2.02.02.02	Outros	4.110	4.102
2.02.02.02.04	Tributos Parcelados	3.848	3.977
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	262	125
2.02.04	Provisões	16.420	13.669
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.420	13.669
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	16.420	13.669
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-113.327	-110.059
2.03.01	Capital Social Realizado	171.273	171.273
2.03.03	Reservas de Reavaliação	11.576	11.703
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-296.176	-293.035

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	108.666	106.310
3.01.01	Receita Líquida	108.666	106.310
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-97.382	-97.440
3.03	Resultado Bruto	11.284	8.870
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.092	-8.675
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.430	-3.657
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.618	-6.118
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1.044	1.100
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	192	195
3.06	Resultado Financeiro	-3.210	-4.763
3.06.01	Receitas Financeiras	6.580	17.612
3.06.01.01	Receitas Financeiras	453	1.735
3.06.01.02	Variacao Cambial	6.127	14.828
3.06.01.03	Variacao Cambial - Fundo Exclusivo	0	1.049
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.790	-22.375
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-9.790	-11.443
3.06.02.02	Variacao Cambial Passiva	0	-9.948
3.06.02.03	Variacao Cambial - Fundo Exclusivo	0	-984
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.018	-4.568
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-250	-570
3.08.01	Corrente	-250	-645
3.08.02	Diferido	0	75
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.268	-5.138
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-9.031
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-9.031
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-3.268	-14.169
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.168	-5.065
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.100	-9.104
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-3.268	-14.169
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-127	-145
4.02.01	Realização de Reserva de Reavaliação	-127	-220
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Reserva de Reavaliação	0	75
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-3.395	-14.314
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.220	-5.117
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2.175	-9.197

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.449	-25.050
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	6.152	-6.968
6.01.01.01	Resultado Líquido de Operações Continuadas	-3.268	-5.138
6.01.01.02	IR e CS Diferido	0	-75
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	4.488	4.232
6.01.01.04	Valor Residual do Permanente Baixado	1	203
6.01.01.05	Provisão para Contingências	2.751	142
6.01.01.06	Prov.Juros Empréstimos e Financiamentos	8.083	6.997
6.01.01.07	Var.Camb.Empréstimos e Financiamentos	-5.903	-4.298
6.01.01.09	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-9.031
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.601	-18.082
6.01.02.01	Fornecedores	-28.525	17.524
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	-12	-3.418
6.01.02.03	Titulos e Valores Mobiliarios	-203	-1.203
6.01.02.04	Duplicatas a Receber	-10.591	-18.147
6.01.02.05	Estoques	33.905	4.753
6.01.02.06	Outros	-3.944	-6.354
6.01.02.07	Contas a Pagar da Descontinuidade dos Negócios	-1.231	-11.237
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.067	-1.113
6.02.03	Compras de Imobilizado	-3.067	-1.113
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.000	-65.942
6.03.02	Outros Direitos e Obrigações Tomados	3.000	-3.306
6.03.04	Pagto de Empréstimos e Financiamentos	0	-51.240
6.03.05	Juros de Empréstimos e Financiamentos	0	-11.208
6.03.06	Depósitos Judiciais	0	-188
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.516	-92.105
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	26.090	171.375
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.574	79.270

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	171.273	0	0	-293.035	11.703	-110.059	0	-110.059
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.273	0	0	-293.035	11.703	-110.059	0	-110.059
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.268	0	-3.268	0	-3.268
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.268	0	-3.268	0	-3.268
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	127	-127	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	127	-127	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.273	0	0	-296.176	11.576	-113.327	0	-113.327

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	171.273	0	0	-156.325	12.253	27.201	0	27.201
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.273	0	0	-156.325	12.253	27.201	0	27.201
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.169	0	-14.169	0	-14.169
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.169	0	-14.169	0	-14.169
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	145	-145	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	145	-145	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.273	0	0	-170.349	12.108	13.032	0	13.032

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	133.658	158.193
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	133.368	157.714
7.01.02	Outras Receitas	17	145
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	273	334
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-82.348	-103.450
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-60.177	-75.400
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.969	-28.050
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-202	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	51.310	54.743
7.04	Retenções	-4.488	-4.232
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.488	-4.232
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	46.822	50.511
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.581	17.612
7.06.02	Receitas Financeiras	6.581	17.612
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	53.403	68.123
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	53.403	68.123
7.08.01	Pessoal	21.657	27.855
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.657	27.855
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.356	32.062
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.658	22.375
7.08.03.01	Juros	9.658	22.375
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.268	-14.169
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.268	-14.169

Comentário do Desempenho

MANGELS INDUSTRIAL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS:

Submetemos à apreciação e deliberação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Mangels Industrial S.A., acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013. As demonstrações são apresentadas conforme as disposições da legislação societária brasileira, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards (IFRS)* e pelas normas e instruções emitidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

CENÁRIO ECONÔMICO

O cenário macroeconômico mundial pouco se alterou desde o 4º trimestre de 2013, apontando para 2014 um crescimento modesto impactado principalmente pela desaceleração do desempenho econômico da China. Na Zona do Euro há um forte temor com a continuidade do processo deflacionário e já há sugestão de alguns analistas para que o Banco Central Europeu (BCE) adote programa não convencional de liquidez (quantitative easing). A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) prevê uma expansão para a economia mundial de 3,4% para 2014, ante 3,6% na previsão de novembro. A expansão da economia dos EUA esperada, segundo ainda a OCDE, é de 2,6%, e de 1,2% para a Zona do Euro e Japão, e de 7,4% para China.

No Brasil, o trimestre foi marcado pela política de contínuo aumento dos juros por parte do Banco Central, alta volatilidade cambial e incômoda taxa de inflação. A desconfiança por parte dos investidores em relação à condução da política fiscal brasileira se acentua devido à resistência, por parte do governo, em reduzir seus gastos.

O crescimento do PIB brasileiro projetado pela OCDE para 2014 é de 1,8%, bem abaixo dos 2,3% apurados em 2013. Como meta de superávit primário, o Ministério da Fazenda estipulou 1,9% do Produto Interno Produto (PIB), mantendo o mesmo nível de 2013, que foi o menor nível anual da série histórica do Banco Central, iniciada em dezembro de 2001.

Há ainda a forte perspectiva de racionamento de energia elétrica e água e, por consequência, aumentos nas tarifas desses serviços, da continuidade de aperto monetário e da volatilidade cambial.

O cenário apresentado para 2014 leva a incertezas sobre o impacto dos mesmos na economia como um todo e na Companhia em particular.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Comentário do Desempenho

Conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 a Companhia protocolou o Plano de Recuperação Judicial em 24 de janeiro de 2014 e a Administradora Judicial, nomeada pelo Juízo, KPMG Corporate Finance Ltda. elaborou a lista dos credores cujo edital foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 8 de maio de 2014.

Os credores poderão apresentar impugnação quanto ao crédito, no prazo de 10 dias e ou/objeção ao plano de recuperação no prazo de 30 dias, contados da data da publicação do edital. A Companhia publicará novo edital, com no mínimo 15 dias de antecedência divulgando a data da Assembleia Geral dos Credores.

DESEMPENHO CONSOLIDADO (*)

R\$ Milhões	1T13	4T13	1T14
Receita Bruta	161,7	135,0	134,7
Receita Líquida	126,4	104,9	108,7
<i>Mercado Interno</i>	122,1	99,2	102,9
<i>Mercado Externo</i>	4,3	5,7	5,8
CPV	(122,0)	(105,9)	(97,4)
Lucro Bruto	4,4	(0,9)	11,3
<i>Margem Bruta</i>	3,5%	-0,9%	10,4%
Despesas Operacionais			
Vendas, adm. e gerais	(14,3)	(17,1)	(10,0)
Outras receitas (despesas)	1,1	(7,0)	(1,0)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(8,8)	(25,0)	0,2
Resultado Financeiro	(4,8)	(20,4)	(3,2)
Despesa Financeira	(11,4)	(10,8)	(9,8)
Receita Financeira	1,7	1,1	0,5
Variação cambial líquida	4,9	(10,7)	6,1
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(13,6)	(45,4)	(3,0)
Imposto de renda e contribuição social	(0,6)	0,2	(0,2)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(14,2)	(45,2)	(3,3)

(*) 1T2013: inclui operações de Aços.

Em decorrência da paralisação das operações de aços na planta de São Bernardo do Campo em julho de 2013, as vendas brutas consolidadas da companhia no 1º trimestre de 2014 apresentaram redução de 16,7% quando comparadas ao mesmo período de 2013, impacto este já verificado no 4º trimestre de 2013.

Comentário do Desempenho

A melhora do desempenho operacional e financeiro da Companhia no 1º trimestre de 2014 foi diretamente influenciada pela eliminação dos altos custos da fábrica de São Bernardo do Campo, bem como pelo esforço de melhoria que vem sendo implementado no gerenciamento de custos e despesas. A apreciação do Real de 3,40%, no fechamento do 1º trimestre, ainda não trouxe impacto imediato nos custos diretos e margens operacionais da Companhia, principalmente no caso do custo do alumínio, matéria prima usada para rodas de liga leve, pois a apreciação do Real se estabeleceu a partir da última semana de março. Outros produtos utilizados na produção, como solventes e tintas, também não obtiveram os ganhos da apreciação.

No 1º trimestre de 2014, não ocorreram operações dos negócios descontinuados, assim segue demonstrados abaixo os **resultados obtidos das operações descontinuadas no 1º e 4º trimestre de 2013:**

R\$ Milhões	1T13	4T13
Receita Bruta	30,2	(2,2)
Receita Líquida	20,1	(2,2)
<i>Mercado Interno</i>	19,2	(2,2)
<i>Mercado Externo</i>	0,9	-
CPV	(24,6)	(0,8)
Lucro Bruto	(4,5)	(3,0)
<i>Margem Bruta</i>	-22,3%	136,3%
Despesas Operacionais	(4,5)	(4,1)
Vendas, adm. e gerais	(0,0)	(0,6)
Outras receitas (despesas)	(0,0)	(0,6)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(9,0)	(7,7)
Resultado Financeiro	(0,1)	0,0
Despesa Financeira	-	0,0
Receita Financeira	-	0,0
Variação cambial líquida	(0,1)	(0,0)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(9,1)	(7,6)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido	(9,1)	(7,6)

O **resultado das operações continuadas** da Companhia está abaixo demonstrado:

Comentário do Desempenho

R\$ Milhões	1T13	4T13	1T14
Receita Bruta	131,5	137,1	128,9
Receita Líquida	106,3	107,2	108,7
<i>Mercado Interno</i>	102,9	101,5	102,9
<i>Mercado Externo</i>	3,4	5,7	5,8
CPV	(97,4)	(105,1)	(97,4)
Lucro Bruto	8,9	2,1	11,3
<i>Margem Bruta</i>	8,3%	2,0%	10,4%
Despesas Operacionais			
Vendas, adm. e gerais	(9,8)	(13,0)	(10,0)
Outras receitas (despesas)	1,1	(6,4)	(1,0)
Lucro (Prejuízo) Operacional	0,2	(17,2)	0,2
Resultado Financeiro	(4,8)	(20,4)	(3,2)
Despesa Financeira	(11,4)	(10,7)	(9,8)
Receita Financeira	1,7	1,1	0,5
Variação cambial líquida	4,9	(10,7)	6,1
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(4,6)	(37,6)	(3,0)
Imposto de renda e contribuição social	(0,6)	0,2	(0,3)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(5,1)	(37,4)	(3,3)

As **vendas líquidas consolidadas** do 1º trimestre 2014 atingiram o montante de R\$ 108,7 milhões, 2,3% acima do faturamento apresentado para o mesmo período de 2013, sendo que tal efeito foi fruto da recomposição de preços junto aos clientes e a maior participação do mix de vendas de produtos de maior valor agregado, notadamente rodas diamantadas (“bright face”).

O **lucro bruto consolidado** foi de R\$11,3 milhões, valor superior em 27,0% ao apresentado em 2013. Este resultado é decorrente principalmente das reestruturações que estão resultando em redução de custos e despesas, bem como das recuperações de preços junto aos principais clientes.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** somaram R\$ 10,0 milhões no 1º trimestre de 2014, versus R\$ 9,8 milhões apresentados no mesmo período do ano anterior, ficando o ligeiro crescimento das mesmas abaixo da inflação do período.

Desta forma, o **resultado operacional** do 1º trimestre de 2014 foi de R\$ 0,2 milhões, mantendo o mesmo nível do período de 2013, e R\$ 17,4 milhões superior ao 4º trimestre de 2013, demonstrando a eficácia da política de policiamento e monitoramento dos custos e despesas.

As **despesas financeiras líquidas totais** foram de R\$ 3,2 milhões, significando uma redução de 33,3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e redução de 84,3% frente ao último

Comentário do Desempenho

trimestre de 2013. Esta melhoria ocorreu, fundamentalmente, devido à apreciação do real ao final de março de 2014, que impactou favoravelmente os empréstimos denominados em dólares americanos.

O **resultado final consolidado das operações continuadas** no 1º trimestre de 2014 foi prejuízo de R\$ 3,3 milhões, frente aos R\$ 5,1 milhões registrados em 2013 e R\$ 37,4 milhões no 4º trimestre de 2013.

COMENTÁRIOS DOS NEGÓCIOS

AÇOS

R\$ Milhões	1T13	4T13	1T14
Receita Bruta	21,8	19,6	19,4
Receita Líquida	20,0	17,2	17,6
<i>Mercado Interno</i>	20,0	17,2	17,6
CPV	(15,9)	(14,7)	(14,5)
Lucro Bruto	4,1	2,5	3,1
<i>Margem Bruta</i>	20,5%	14,6%	17,6%

(*) os valores apresentados neste quadro referem-se ao resultado do eixo V somado ao resultado de Manaus.

Os produtos de aço para a indústria de motocicletas são produzidos na planta industrial da Mangels, em Manaus e o Eixo V na planta de Minas Gerais.

A receita líquida do 1º trimestre 2014 foi de R\$ 17,6 milhões, valor inferior em 12% ao faturamento apresentado em para o 1º trimestre de 2013 que fora de R\$ 20,0 milhões. A queda foi ocasionada pela retração no mercado de motocicletas, em virtude das restrições dos créditos, e do aumento das taxas de juros bancários.

A margem bruta foi afetada negativamente, principalmente em decorrência da mudança do aço produzido pela planta de Manaus. Até o 1º trimestre de 2013 o aço tinha um custo inferior em média de 14%, quando comparado com o produto vendido em 2014. O aço era de espessura maior, porém de menor resistência. Atualmente, o aço produzido é de resistência maior e espessura menor. Essa mudança do produto vendido por quilo impactou negativamente a margem em R\$ 1,0 milhão em termos absolutos.

Comentário do Desempenho

RODAS

R\$ Milhões	1T13	4T13	1T14
Receita Bruta	73,1	72,0	71,1
Receita Líquida	57,0	55,3	56,8
<i>Mercado Interno</i>	54,8	49,6	52,3
<i>Mercado Externo</i>	2,2	5,7	4,5
CPV	(56,1)	(60,2)	(54,5)
Lucro Bruto	0,9	(5,0)	2,4
<i>Margem Bruta</i>	1,5%	-9,0%	4,2%

O mercado automotivo, segmento em que o negócio de Rodas está inserido, apresentou produção de automóveis e veículos comerciais leves de 789,9 mil unidades no 1º trimestre de 2014 versus 862,0 mil para o mesmo período 2013, representando queda de 8,4%. Os estoques das montadoras fecharam em 48 dias de vendas (36 nas concessionárias e 12 nas montadoras), segundo dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O faturamento líquido do negócio de Rodas foi de R\$ 56,8 milhões, valor em linha ao faturamento apresentado em 2013, mesmo com a queda de volume, devido à maior participação no “mix” de venda de rodas diamantadas (“bright face”) e a recuperação de preços promovida no 1º trimestre de 2014.

A estrutura de produção, tanto dos custos e despesas fixas quanto das variáveis, embora adequada, teve perda de competitividade neste ano. Os principais fatores para este aumento de custo tem sido a demanda por rodas de diâmetro maior do que no passado, bem como de rodas “bright face”, nova tendência do mercado. Devido ao maior peso e complexidade, estes novos produtos provocam maior desgaste nos equipamentos, bem como maior refugo e retrabalho, o que afetam negativamente a rentabilidade.

Outro fator que impactou o custo foi o aumento do preço do alumínio, consequência da desvalorização do Real em relação ao dólar, bem como o aumento de prêmio no preço, cobrado pelos produtores deste metal.

Mesmo com o cenário negativo, a rentabilidade do 1º trimestre de 2014 (+4,2%) foi melhor frente ao apurado em 2013 (+1,5%), em função da recuperação dos preços e ao programa de redução de despesas e custos que vem sendo implantadas.

Comentário do Desempenho**CILINDROS**

R\$ Milhões	1T13	4T13	1T14
Receita Bruta	36,5	45,4	44,2
Receita Líquida	29,3	34,7	34,3
<i>Mercado Interno</i>	28,1	34,7	33,0
<i>Mercado Externo</i>	1,2	(0,1)	1,2
CPV	(25,4)	(30,1)	(28,4)
Lucro Bruto	3,9	4,6	5,9
<i>Margem Bruta</i>	13,3%	13,2%	17,1%

O negócio de Cilindros atua no setor de recipientes de GLP, reservatórios de ar para caminhões e ônibus, prestação de serviços de requalificação de recipientes para GLP e separação e classificação de vasilhames de vazios GLP.

Em 2013, a venda de reservatórios de ar foi influenciada positivamente pela melhora no segmento de caminhões, cujo reflexo ainda se percebe no 1º trimestre de 2014. Houve um desaquecimento percebido a partir de março de 2014, com queda de 13,8% em relação a fevereiro, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes dos Veículos Automotores - Anfavea.

Já as empresas que atuam no setor de GLP aumentaram a sua demanda por botijões novos e também de serviços de requalificação, quando comparada com o desempenho de 2013.

Desta forma, a receita líquida para o 1º trimestre de 2014 foi de R\$ 44,2 milhões, 21% superior ao apresentado para o mesmo período de 2013.

O acréscimo de margem bruta em 2014 versus o 1º trimestre de 2013 pode ser explicado pelas maiores vendas de botijões de GLP (253.841 em 2014 versus 194.436 em 2013), bem como na venda de serviços de requalificação (980.587 em 2014 versus 644.475 em 2013), estes sendo os principais produtos do negócio de Cilindros. A recuperação dos preços junto aos clientes e a implantação do processo de redução de custos e despesas também foram determinantes para o desempenho de 2014.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Comentário do Desempenho

<i>R\$ Milhões</i>	1T13	4T13	1T14
FINANCIAMENTOS			
Curto Prazo	118,0	78,9	50,3
Longo Prazo	287,6	403,5	408,7
	405,6	482,4	459,0
DISPONIBILIDADES			
Caixa e equivalentes de caixa	79,3	26,1	3,6
Títulos e valores mobiliários	25,3	3,2	21,3
	104,6	29,3	24,9
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	301,0	453,1	434,1

Conforme comentado nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013, devido ao pedido de Recuperação Judicial, os pagamentos de juros e principal dos financiamentos estão suspensos, porém o valor da dívida bruta está devidamente corrigido em conformidade com os contratos firmados com as instituições financeiras.

A dívida neste trimestre foi positivamente impactada pela valorização do real frente ao dólar norte americano, ponto destacado nos comentários sobre as despesas financeiras líquidas.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM Nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao Ofício - Circular CVM/SNC/SEP nº 002/2006, de 28 de dezembro de 2006, a Mangels e suas controladas informam que, no trimestre findo em 31 de março de 2014, não contrataram outros serviços da Grant Thornton Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria externa da Empresa, que não sejam relacionados à auditoria.

A política de atuação da Empresa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência desses auditores e consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os dados não financeiros, tais como volumes, quantidade, preços médios, cotações médias, em Reais e em Dólares, não foram objeto de revisão pelos nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Comentário do Desempenho

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de março de 2014.

PERSPECTIVAS

O 1º trimestre de 2014 iniciou com o rebaixamento do Brasil, pela S&P, de sua nota de risco para BBB-, inflação persistente e com viés de alta, ambiente de taxa de juros com trajetória crescente e baixa expectativa de expansão do PIB brasileiro.

Apesar do cenário adverso apresentado neste trimestre, quer seja pelo mercado em que atua quer seja pelo mau humor apresentado no mercado financeiro, a Companhia diuturnamente busca importantes diferenciais de despesas e custos para recompor a sua margem, conforme demonstrado nos primeiros três meses deste ano apresentado nestas demonstrações financeiras.

A Companhia está confiante na aprovação do seu Plano de Recuperação em Assembleia dos Credores, a ser agendada, e entende que o mesmo é essencial para a sua recuperação.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos clientes, ao apoio recebido dos acionistas, fornecedores, comunidade financeira em geral e especialmente aos colaboradores pelo comprometimento demonstrado.

A Administração.

São Paulo, 13 de maio de 2014.

Notas Explicativas

Mangels Industrial S.A. – Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

As informações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A - Em Recuperação Judicial (a seguir designada “Controladora”, “Companhia”, ou “Mangels”), para o trimestre findo em 31 de março de 2014 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração e concluídas e aprovadas pela diretoria da Companhia em 13 de maio de 2014.

A Mangels Industrial S.A. é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na BM&FBovespa. A sede social da Companhia está localizada à Rua Laplace, 74 – 1º andar – conjuntos 11 e 12 - São Paulo – SP.

A Companhia tem por objetivo a produção e venda de: rodas automotivas de alumínio, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de requalificação de recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e centro de serviço de aço.

Conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e publicado em 20 de março de 2013, a Mangels alienou o negócio de Galvanização e decidiu descontinuar as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP. Também, o negócio de estamparia destinado ao mercado de montadoras, desenvolvido na Unidade de Cilindros em Três Corações – MG foi descontinuado.

Maiores detalhes sobre essas operações estão divulgados na Nota Explicativa nº 24.

1.1 Recuperação Judicial

Conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 a Companhia protocolou o Plano de Recuperação Judicial em 24 de janeiro de 2014 e a Administradora Judicial, nomeada pelo Juízo, KPMG Corporate Finance Ltda., elaborou a lista dos credores cujo edital foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 8 de maio de 2014.

Os credores poderão apresentar impugnação quanto ao crédito, no prazo de 10 dias e ou/objeção ao plano de recuperação no prazo de 30 dias, contados da data da publicação do edital.

A Companhia publicará novo edital, com no mínimo 15 dias de antecedência divulgando a data da Assembleia Geral dos Credores.

1.1.1. Plano de Recuperação Judicial

Para elaboração do plano de pagamento, foram consideradas as dívidas até a data do pedido de recuperação judicial, as quais foram agrupadas em três classes de credores. Abaixo segue demonstrados os valores em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

A – Credores sujeitos a Recuperação Judicial

31/03/2014

Notas Explicativas

	Fornecedores	Empréstimos	Total
I – Titulares de créditos derivados da legislação trabalhista			1.191
II – Credores trabalhistas com reserva de valores			13.407
III – Titulares de créditos com garantia real	2.141	92.381	94.522
IV – Titulares de créditos quirografários	31.701	295.011	326.712
TOTAL Sujeito à Recuperação Judicial	33.842	387.392	435.832
B – Dívida Fiscal Tributária			12.749
C – Credores Fiduciários (Não sujeitos à recuperação judicial)		18.271	18.271
Total não sujeito à Recuperação Judicial		18.271	31.020
Total da Dívida das Recuperandas	33.842	405.663	466.852

A – Credores sujeitos a Recuperação Judicial			31/12/2013
	Fornecedores	Empréstimos	Total
I – Titulares de créditos derivados da legislação trabalhista			1.191
II – Credores trabalhistas com reserva de valores			13.407
III – Titulares de créditos com garantia real	2.141	94.293	96.434
IV – Titulares de créditos quirografários	31.701	291.549	323.250
TOTAL Sujeito à Recuperação Judicial	33.842	385.842	434.282
B – Dívida Fiscal Tributária			8.067
C – Credores Fiduciários (Não sujeitos à recuperação judicial)		17.678	17.678
Total não sujeito à Recuperação Judicial		17.678	25.745
Total da Dívida das Recuperandas	33.842	403.520	460.027

i) Credores derivados da legislação trabalhista

Estes credores serão pagos dentro do prazo de um ano a contar da data de homologação do Plano de Recuperação, ou no mesmo prazo a contar da sentença que julgar a habilitação do crédito.

ii) Credores com garantia real

É composto basicamente por empréstimos firmados com Instituições financeiras e alguns fornecedores que possuem garantia de imóveis, instalações e/ou os equipamentos da planta de São Bernardo do Campo, cujo montante está registrado na rubrica de “Ativo de operações descontinuadas”, e as instalações e os equipamentos da planta de Manaus.

Notas Explicativas

Para pagamento o total será amortizado em 120 meses, incluindo uma carência de 18 meses. Os valores serão os constantes na lista de credores, com 30% de deságio e acrescidos de encargos (juros e correção monetária) a uma taxa de 2% a.a a partir da data da Homologação do Plano de Recuperação. Após a carência de 18 meses se fará o pagamento do valor devido em 17 parcelas semestrais iguais e sucessivas, acrescidas de encargos (juros e correção monetária) a taxa total de 2% a.a.

Os credores com garantia real que concordarem com a liberação ou a substituição das garantias pela oneração de outros ativos, serão classificados em um sub-grupo e serão amortizados em 5 anos, com deságio de 20%.

iii) **Credores quirografários**

É composto por credores que não possuem preferência ou garantia em relação a seus créditos.

A Companhia propôs a amortização da dívida em 120 meses, incluindo uma carência de 18 meses. Os valores serão os constantes na lista de credores, com 30% de deságio e acrescidos de encargos (juros e correção monetária) a uma taxa de 2% a.a a partir da data da Homologação do Plano de Recuperação. Após a carência de 18 meses se fará o pagamento do valor devido em 17 parcelas semestrais iguais e sucessivas, acrescidas de encargos (juros e correção monetária) a taxa total de 2% a.a.

Os credores desta categoria que disponibilizarem novas linhas de crédito pelo prazo de 5 anos, pelo menos, no montante de 50% do saldo total de sua dívida após a aplicação do deságio serão agrupados em um subgrupo, para o qual a Companhia propôs a amortização da dívida, com um deságio sobre o valor nominal de 20% e a amortização do saldo da dívida no prazo de 5 (anos) a partir da homologação do Plano de recuperação, com carência de 18 meses e incorporação de encargos equivalentes a variação do valor percentual do CBI. Após a carência de 18 meses se fará o pagamento do valor devido em 7 parcelas semestrais iguais e sucessivas, acrescidas de encargos (juros e correção monetária) equivalentes a variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) calculado sobre o montante apurado após a incorporação dos encargos.

O saldo remanescente da dívida para com os credores quirografários que aderirem a este subgrupo, terá a garantia de ativos disponíveis das Recuperandas.

Para os fornecedores estratégicos, quer por sua fundamental relevância social, e por serem indispensáveis e/ ou não existirem maneira de substituí-lo com brevidade e cuja interrupção poderá prejudicar as atividades da Empresa, para estes credores, desde que não interrompam o fornecimento a Companhia, os valores devidos serão amortizados em 10 parcelas semestrais, iguais e sucessivas, a partir da homologação do Plano de Recuperação, com incidência de encargos (juros e correção monetária) equivalentes à variação percentual do CDI.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de elaboração

Notas Explicativas

2.1.1 Declaração de conformidade

De acordo com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nestas demonstrações intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras anuais. Dessa forma, estas demonstrações intermediárias condensadas devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais foram preparadas de acordo com o pronunciamento CPC 21 R1 – Demonstração Financeira intermediária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 R1 – Demonstração Financeira intermediária de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standard Board – IASB” e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das informações intermediárias – ITR;

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos, assim como as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de março de 2014.

2.2 Políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas são consistentes com as políticas contábeis do exercício anterior.

2.3 Base de consolidação

As informações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Mangels Industrial S.A. e suas controladas em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, apresentadas abaixo:

	Principal atividade	País-sede	Participação no Capital Social - %	
			31/03/2014 e 31/12/2013	
			Direta	Indireta
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Comercialização de tiras e bobinas de aço	Brasil	99,99	-
Mangels International Corporation	Comercialização produtos da Companhia	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-
Mangels USA Corporation	Comercialização produtos	EUA	-	100,00

Notas Explicativas

	da Companhia			
	Classificação de vasilhames			
E. Koga & Cia Ltda. - EPP	vazios de GLP	Brasil	100,00	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta data na qual a Mangels Industrial S.A. detém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo.

Uma transação na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

2.4 Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2014.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros.

A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

A Companhia pretende adotar tal norma quando esta entrar em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas informações contábeis intermediárias que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essa alteração tenha um efeito relevante sobre as informações intermediárias a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

Notas Explicativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

No processo de aplicação de políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Operações descontinuadas

Em 2012, a Companhia decidiu descontinuar diversos negócios com o objetivo de otimizar os seus resultados e fortalecer a sua posição financeira.

Em 3 de setembro de 2012, a Companhia concluiu a alienação da Unidade de Galvanização à Armco Staco S/A. Indústria Metalúrgica.

O referido negócio prestava serviços de galvanização a fogo de peças estruturadas de aço, para empresas de telefonia celular, construção civil, tubulação industrial entre outros. Fabricava também defensas metálicas para rodovias e pisos industriais

Em 11 de dezembro de 2012, a Companhia publicou a decisão de seu Conselho de Administração de descontinuar as atividades de têmpera, relaminação e centro de serviços de aço, atividades essas desenvolvidas na Unidade de São Bernardo do Campo – São Paulo.

O negócio vinha operando em ambiente competitivo acirrado e em segmentos altamente dependente do bom andamento da economia mundial e brasileira, o qual se manteve bastante imprevisível nos últimos anos. Assim, as perdas acumuladas decorrentes deste negócio inviabilizaram a sua continuidade bem como o crescimento e a lucratividade em outros negócios da Companhia.

Também foi desativado o negócio de estamparia para montadora que era desenvolvida na Unidade de Cilindros em Três Corações - MG. A exemplo do negócio de aços, as perdas acumuladas nos anos de 2012 e 2011 não permitiram a continuidade do negócio.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia entendeu que as descontinuidades dos negócios satisfaziam os critérios para classificação dos ativos no grupo de ativos mantido para venda e como operação descontinuada, pelos seguintes motivos:

- Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendidos a um potencial comprador no seu estado atual;
- A Companhia tinha plano para venda destes ativos e iniciou negociações preliminares com potenciais compradores, tendo inclusive recebido propostas vinculantes para parte dos equipamentos;

Notas Explicativas

- A Companhia espera que as negociações sejam finalizadas, e a venda de todos os ativos seja concluída em 2014.

A produção dos segmentos descontinuados encerraram as atividades em julho de 2013 e os ativos desses negócios estão colocados à venda. Esses recursos são parte integrante do Plano de Recuperação Judicial e têm como objetivo a redução da dívida da Companhia e melhora da rentabilidade dos demais negócios.

Para maiores detalhes sobre a operação descontinuada estão divulgados na Nota 24.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são resumidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

Impostos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 213.037 (2013: R\$ 205.599). Esses prejuízos se referem a controladora e suas controladas, que apresentam histórico de prejuízos, estes não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

A controladora apresenta diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo, entretanto em decorrência da

Notas Explicativas

expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulado no montante de R\$ 103.287 (R\$54.467 em 31 de março de 2013).

Valor Justo de Instrumentos Financeiros;

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros

Provisão para Desativação de Ativos

A Companhia descontinuou as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e, do negócio de estamperia destinado ao mercado de montadoras, desenvolvida na Unidade de Cilindros em Três Corações – MG.

Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a desativação e a época esperadas dos referidos custos. O valor contábil da provisão em 31 de março era de R\$ 20.944 (2013: R\$ 22.175).

Todo o ativo imobilizado da fábrica de São Bernardo do Campo, bem como o da estamperia para montadoras, foi classificado como disponível para venda e foi efetuada a devida provisão para redução ao valor de realização deste ativo (impairment). O valor contábil em 31 de março e 31 de dezembro de 2013 eram de R\$ 19.714. Vide nota 24.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Não houve alteração na política adotada pela Companhia sobre reconhecimento de provisão para causas cíveis e trabalhistas em relação àquela adotada no encerramento do exercício social de 2013.

4. Investimento em controladas

A Companhia detém participação acionária em empresas que se dedicam a produção, comercialização e prestação de serviços nos segmentos em que atua.

Notas Explicativas

A seguir é apresentado um resumo das informações financeiras dos investimentos nas empresas mencionadas:

	31/03/2014			
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo Circulante	45.689	5.451	891	52.031
Ativo Não Circulante	11.304	-	226	11.530
Ativo	56.993	5.451	1.117	63.561
Passivo Circulante	26.481	3.399	1.015	30.895
Passivo Não Circulante	8.306	-	83	8.389
Passivo	34.787	3.399	1.098	39.284
Patrimônio Líquido	22.206	2.052	19	24.277
Resultado Líquido do período findo em 31/03/2014	470	(160)	(54)	256
				31/12/2013
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Total
Ativo Circulante	45.606	5.668	890	52.164
Ativo Não Circulante	11.584	-	235	11.819
Ativo	57.190	5.668	1.125	63.983
Passivo Circulante	26.914	3.378	1.052	31.343
Passivo Não Circulante	8.540	-	-	8.540
Passivo	35.454	3.378	1.052	39.884
Patrimônio Líquido	21.737	2.290	73	24.100
Resultado Líquido do período findo em 31/12/2013	1.104	(94)	(19)	991

Saldos patrimoniais e transações no período de três meses findo em 31 de março de 2014.

	31/03/2014				
	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - %		Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
		Direta	Indireta		
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	8.274	99,99	-	22.206	470
Mangels International Corporation	20	100,00	-	2.052	(160)
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100,00	-	19	(54)

Saldos patrimoniais nos trimestres findos em 31/03/2014 e 31/03/2013.

31/12/2013

Notas Explicativas

	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - %		Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
		Direta	Indireta		
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	8.274	99,99	-	21.736	1.104
Mangels International Corporation	20	100,00	-	2.290	(95)
E.Koga e Cia Ltda. - EPP	12	100,00	-	73	(19)

a) Movimentação dos investimentos

	Controladora			Total
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	21.736	2.290	73	24.099
Equivalência patrimonial	470	(160)	(54)	256
Variação cambial sobre investimentos	-	(78)	-	(78)
Saldo em 31 de março de 2014	22.206	2.052	19	24.277

5. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- Centro de Serviços de Aços: Instalado em Manaus (AM), o seguimento é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;
- Rodas: Situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- Cilindros: também situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Cabo de Santo Agostinho (PE), Goiânia (GO), Feira de Santana (BA), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR) e de fabricação de produtos estampados para os segmentos de infraestrutura.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total de ativo por segmento reportável em 31 de março de 2014 está apresentado a seguir:

Notas Explicativas

	Aços Manaus	Cilindros	Rodas	Outros	Operação Descontinuada	Total
Ativos por segmento	56.993	86.881	164.623	29.788	81.939	420.224

(*) refere-se a caixa, equipamentos de informática, impostos a recuperar, entre outros ativos

31/12/2013

	Aços Manaus	Cilindros	Rodas	Outros	Operação Descontinuada	Total
Ativos por segmento	57.190	56.268	191.771	59.251	84.135	448.615

Unidade de AÇOS – MANAUS (*)

	31/03/2014	31/03/2013	Variação
Receita Bruta	19.433	21.829	-11,0%
Receita Líquida	17.572	19.971	-12,0%
<i>Mercado Interno</i>	17.572	19.971	-12,0%
CPV	(14.499)	(15.876)	-8,7%
Lucro Bruto	3.073	4.095	-25,0%
<i>Margem Bruta</i>	17,5%	20,5%	-3p.p.

Despesas Operacionais

Comerciais	(254)	(266)	-4,4%
Administrativas	(798)	(205)	289,9%
Outras (despesas) receitas	24	663	-96,4%
	(1.028)	192	-632,7%
Resultado Operacional	2.045	4.287	-52,3%

(*) os valores apresentados neste quadro referem-se ao resultado do eixo V da unidade de Aços somado ao resultado da unidade de Manaus.

Unidade de RODAS

	31/03/2014	31/03/2013	Variação
Receita Bruta	71.073	73.136	-2,8%
Receita Líquida	56.825	57.017	-0,3%
<i>Mercado Interno</i>	52.295	54.832	-4,6%
<i>Mercado Externo</i>	4.530	2.185	017,3%
CPV	(54.465)	(56.138)	-3,0%
Lucro Bruto	2.360	879	168,5%
<i>Margem Bruta</i>	4,2%	1,5%	2.6 p.p.

Notas Explicativas

Despesas Operacionais			
Comerciais	(817)	(1.605)	-49,1%
Administrativas	(3.720)	(2.861)	30,0%
Outras (despesas) receitas	(725)	3.70	-296,3%
	(5.262)	(4.096)	28,5%
Resultado Operacional	(2.902)	(3.217)	-9,8%

Unidade de CILINDROS

	31/03/2014	31/03/2013	Varição
Receita Bruta	44.157	36.560	20,8%
Receita Líquida	34.269	29.322	16,9%
<i>Mercado Interno</i>	33.029	28.114	17,5%
<i>Mercado Externo</i>	1.240	1.208	2,6%
CPV	(28.418)	(25.426)	11,8%
Lucro Bruto	5.851	3.896	50,2%
<i>Margem Bruta</i>	17,1%	13,3%	-3.8p.p.

Despesas Operacionais			
Comerciais	(1.359)	(1.795)	-24,3%
Administrativas	(2.880)	(3.044)	-5,4%
Outras (despesas) receitas	(562)	67	-940,7%
	(4.801)	(4.772)	0,6%
Resultado Operacional	1.050	(876)	-219,9%

Informações Geográficas:*Receitas de clientes no exterior*

				Consolidado
	AÇOS - MANAUS	RODAS	CILINDROS	31/03/2014 TOTAL
Receita Líquida	17.572	56.825	34.269	108.666
Mercado Interno	17.572	52.295	33.029	102.896
Mercado Externo	-	4.530	1.240	5.770
América do Sul e Central	-	4.530	1.240	5.770
				Consolidado

Notas Explicativas

	AÇOS - MANAUS	RODAS	CILINDROS	31/03/2013
				TOTAL
Receita Líquida	19.971	57.017	29.322	106.310
Mercado Interno	19.971	54.832	28.114	102.917
Mercado Externo	-	2.185	1.208	3.393
Ásia	-	1	-	1
Europa	-	130	-	130
América do Sul e Central	-	2.054	1.208	3.262

6. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento profissional e adoção de estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias, pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Mensuração a valor justo

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	21.574	26.090	21.574	26.090
Títulos e valores mobiliários	3.373	3.170	3.373	3.170
Contas a receber de clientes	48.342	37.751	48.342	37.751
Tributos a recuperar	31.902	29.779	31.902	29.779
Total:	105.191	96.790	105.191	96.790
Passivos financeiros				
Fornecedores	50.332	78.857	50.332	78.857
Empréstimos e financiamentos *	408.700	403.520	413.925	409.342
Tributos a recolher	12.749	9.836	12.749	9.836

Notas Explicativas

Total:	471.781	492.213	477.006	498.035
---------------	----------------	---------	----------------	---------

* As diferenças entre o valor contábil e o valor justo incluem os custos incorridos na captação que serão amortizados pelo período da contratação destes empréstimos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros ativos financeiros, fornecedores e outras obrigações:* aproximam-se de seus valores de realização em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- *Títulos e valores mobiliários:* tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações financeiras.
- *Empréstimos e Financiamentos:* tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.
- *Derivativos:* são avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos de swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio e curvas de taxas de juros.

A tabela a seguir apresenta o nível de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/03/2014	Consolidado		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos avaliados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	21.574	-	X	-
Títulos e valores mobiliários	3.373	-	X	-
Passivos avaliados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	408.700	-	X	-

c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a flutuação das taxas de

Notas Explicativas

juros, de variações cambiais e de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Gerenciamento de Risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

- i) *Risco de crédito:* A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de suas contas a receber.
- ii) *Risco de liquidez:* É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Após a solicitação do pedido de Recuperação Judicial, foi enfatizado o conceito de administração da liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, e estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. O processo de recuperação judicial não altera o risco em questão.

iii) *Riscos de mercado:*

- **Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Com a recuperação judicial as linhas de créditos foram reduzidas e, portanto, são utilizadas exclusivamente as linhas para atendimento as necessidades de capital de giro.
- **Risco com taxa de câmbio:** A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido ao descasamento entre vendas realizadas, predominantemente, em reais e a variação cambial decorrente das obrigações em moeda estrangeira decorrentes da aquisição de insumos e equipamentos e também de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

As operações com instrumentos financeiros foram suspensas em razão do pedido da Recuperação Judicial.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía direitos e obrigações em moeda estrangeira, conforme tabela a seguir:

Controladora/ Consolidado			
Regime de Competência			
Milhares de dólares norte-americanos		Milhares de reais	
31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013

Notas Explicativas

Direitos				
Caixa e equivalentes de caixa	797	1.526	1.803	3.575
Clientes	1.779	1.049	4.026	2.457
	2.576	2.575	5.829	6.032
Obrigações				
Empréstimos e financiamentos (i)	81.151	79.026	183.644	185.127
Fornecedores	1.422	1.251	3.129	2.931
Exposição líquida	(79.997)	(77.702)	(180.944)	(182.026)

(i) Estão incluídas nos empréstimos e financiamentos, operações de pré-pagamento de exportação, e nota de crédito de exportação (NCE) no valor total de R\$ 94.800 (R\$94.405 em 31 de dezembro de 2013).

a) Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração. Os cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A Companhia utilizou taxas de juros e dólar futuros projetados, obtidos junto ao Banco Central do Brasil na data do vencimento dos contratos. Dessa forma, as taxas praticadas para desenvolvimento do cenário I, foram às seguintes: Libor Semestral 0,3329% a.a., Dólar R\$ 2,263 e CDI 10,55% a.a.

PASSIVOS	Riscos	Consolidado		
		Cenário I	Cenário II	Varição Cenário III
Dívida em US\$	aumento da Libor	183.645	229.707	275.769
Dívida em US\$	aumento do US\$	183.645	229.556	275.468
Dívida em moeda nacional	aumento do CDI	225.055	230.424	235.794
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	queda do CDI	19.771	19.299	18.828

Notas Explicativas

Títulos e valores mobiliários	queda do CDI	3.370	3.290	3.209
Caixa e equivalentes de caixa	queda do US\$	1.803	1.352	902
Clientes	queda do US\$	4.026	3.020	2.013

7. Caixa e equivalentes de caixa

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
		Remuneração média - %			
<i>Em moeda nacional</i>					
Certificado de Depósito Bancário – CDB	101,22% CDI	3.128	1.230	13.774	8.687
Operações compromissadas	100,05% CDI	8.199	1.913	2.037	1.913
Disponibilidade em conta-corrente		<u>1.452</u>	8.386	<u>3.960</u>	11.915
		<u>12.779</u>	11.529	<u>19.771</u>	22.515
<i>Em moeda estrangeira</i>					
Time Deposit	0,35% Libor	-	-	-	937
Disponibilidade em conta corrente		<u>-</u>	2.161	<u>1.803</u>	2.638
		<u>-</u>	2.161	<u>1.803</u>	3.575
Total		<u>12.779</u>	13.690	<u>21.574</u>	26.090

8. Aplicações financeiras

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
		Remuneração média - %			
<i>Em moeda nacional</i>					
Certificado de Depósito Bancário – CDB	100,60% CDI	2.148	3.104	3.373	3.170
Total		<u>2.148</u>	<u>3.104</u>	<u>3.373</u>	<u>3.170</u>

As aplicações financeiras estão vinculadas como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na Nota 14. Conforme divulgado nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2013, as aplicações vinculadas foram retidas para liquidação parcial antecipada dos empréstimos.

Notas Explicativas

Em 31 de março as aplicações financeiras vinculadas totalizam R\$ 528mil bloqueados (R\$511 em 31 de dezembro de 2013).

9. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado		Parte dos
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013	
No Brasil	48.501	39.815	53.265	44.533	
No Exterior	4.026	2.457	4.026	2.457	
	<u>52.527</u>	<u>42.272</u>	<u>57.292</u>	<u>46.990</u>	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.948)	(9.228)	(8.949)	(9.239)	
	<u>43.579</u>	<u>33.044</u>	<u>48.342</u>	<u>37.751</u>	

recebíveis estão vinculados como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na Nota 14.

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
A vencer	<u>41.608</u>	29.534	<u>44.906</u>	31.647
Títulos vencidos				
de 1 a 30 dias	1.496	2.436	1.800	3.354
de 31 a 60 dias	811	870	1.135	1.452
de 61 a 90 dias	493	1.242	537	2.203
de 91 a 180 dias	2.458	2.753	3.173	2.843
de 181 a 360 dias	2.438	2.017	2.472	2.051
mais de 360	3.223	3.420	3.268	3.440
	<u>10.919</u>	12.738	<u>12.366</u>	15.343
Total:	<u>52.527</u>	<u>42.272</u>	<u>57.292</u>	<u>46.990</u>

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	<u>(9.228)</u>	<u>(9.239)</u>
Provisões estornadas	280	290

Notas Explicativas

Saldo em 31 de Março de 2014

(8.948)(8.949)**10. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Produtos acabados	5.628	10.106	7.555	12.772
Adiantamentos a fornecedores	6.876	34.521	9.786	38.547
Produtos em processo	7.933	5.274	8.219	5.489
Matérias-primas	6.347	8.776	9.785	13.564
Materiais auxiliares	19.272	20.394	19.427	20.614
Provisão para perdas no estoque	(3.169)	(5.551)	(3.434)	(5.743)
	42.887	73.520	51.338	85.243

As movimentações da provisão para perdas nos estoques estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	<u>(5.551)</u>	<u>(5.743)</u>
Valores utilizados	2.382	2.309
Saldo em 31 de Março de 2014	<u>(3.169)</u>	<u>(3.434)</u>

11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	5.113	5.046	5.686	5.693
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.884	3.884	4.145	4.145
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	7.654	7.980	7.655	7.980
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.703	5.613	5.723	5.624
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	1.325	1.219	1.326	1.219
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	3.862	3.691	3.947	3.776
Programa de Integração Social - PIS (ii)	2.308	2.226	2.327	2.245
PIS e COFINS sobre imobilizado (ii)	486	507	1.079	1.100
Créditos Previdenciários	-	95	-	95
Outros	3	4	13	13
	30.338	30.265	31.902	31.890

Notas Explicativas

Circulante	<u>28.228</u>	<u>28.155</u>	<u>29.791</u>	<u>29.779</u>
------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Não circulante	<u>2.110</u>	<u>2.110</u>	<u>2.111</u>	<u>2.111</u>
----------------	--------------	--------------	--------------	--------------

(i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT N° 1° de 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas.

(ii) O saldo a recuperar de PIS e COFINS é decorrente dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem como regime de tributação o cálculo não cumulativo e de aquisição de ativo imobilizado, calculados conforme Lei 10.637/2002 os quais estão sendo aproveitados em 12 parcelas.

12. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.481	21.773	116.941	870	1.755	118	530	146.468
Aquisição	-	-	-	-	-	-	3.067	3.067
Baixas	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Depreciação	-	(175)	(3.401)	(81)	(83)	-	-	(3.740)
Saldos em 31 de março de 2014	4.481	21.598	113.539	789	1.672	118	3.597	145.794
Custo total	4.481	39.164	247.437	2.928	15.061	118	3.597	312.786
Depreciação acumulada	-	(17.566)	(133.898)	(2.139)	(13.389)	-	-	(166.992)
Valor residual	4.481	21.598	113.539	789	1.672	118	3.597	145.794
Taxa anual média de depreciação %		2	6,3	20	11			

Consolidado	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.496	28.067	122.052	906	1.841	118	600	158.080

Notas Explicativas

Aquisição	-	-	-	-	-	-	3.067	9.404
Baixas	-	-	(1)	-	-	-	-	(3.274)
Depreciação	-	(292)	(3.564)	(85)	(88)	-	-	(15.336)
Saldos em 31 de março de 2014	4.496	27.775	118.487	821	1.753	118	3.667	157.117
Custo total	4.496	46.704	257.392	3.018	15.245	118	3.667	330.640
Depreciação acumulada	-	(18.929)	(138.905)	(2.197)	(13.492)	-	-	(173.523)
Valor residual	4.496	27.775	118.487	821	1.753	118	3.667	157.117
Taxa anual média de depreciação %	2	6,3	20	11				

- (a) O saldo do ativo imobilizado inclui avaliações por custo atribuído de terrenos, edifícios e equipamentos e instalações, sendo a última efetuada em 30 de setembro de 2007. Em 31 de março de 2014, o saldo líquido dos bens avaliados é de R\$ 18.911 (R\$ 19.305 em 31 de dezembro de 2013), sendo nessa data o valor das depreciações acumuladas de R\$ 17.315 (R\$ 16.921 em 31 de dezembro de 2013).

Conforme disposição da Deliberação CVM nº 183/95, a parcela realizada da avaliação por custo atribuído líquida de imposto de renda e de contribuição social, foi transferida para "Prejuízos acumulados" e totalizou, no trimestre findo em 31 de março de 2014, R\$ 127 (R\$ 550 em 31 de dezembro de 2013).

- (b) Parte dos imóveis e equipamentos está vinculada como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na Nota 14.

13. Intangível

Controladora e Consolidado	Software	Desenvolvimento e Sistemas	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	8.418	572	57	9.047
Aquisição	-	302	-	302
Amortização	(31)	(704)	(8)	(743)
Saldo em 31 de março de 2014	8.387	170	49	8.606
Custo Total	13.581	10.022	158	23.459
Amortização	(5.194)	(9.852)	(109)	(15.155)
Valor residual	8.387	170	49	8.606

Notas Explicativas

14. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média anual de juros - % a.a.	de % Garantias	Controladora		Consolidado	
			31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Moeda Nacional						
BNDES / Máquinas	4,50% a.a.	/Máquinas e equipamentos	5.291	5.210	5.291	5.210
Capital de Giro (CEF / NCE BB / ITAÚ / SAFRA)	119% do CDI	Recebíveis, aplicações financeiras, máquinas, exportações futuras	192.838	186.859	209.364	203.014
Capital de Giro (BASA)	10% a.a.	Imóveis máquinas e equipamentos	-	-	10.400	10.169
			198.129	192.069	225.055	218.393
Moeda Estrangeira						
Pré-pagamento exportação/ NCE	Libor + 3,84% a.a.	Nota promissória e carta fiança	94.799	94.405	94.800	94.405
DEG/FMO	Libor + 4,84% a.a.	Nota promissória, imóveis, instalações e máquinas	88.845	90.722	88.845	90.722
			183.644	185.127	183.645	185.127
Circulante			381.773	377.196	408.700	403.520

Os valores apresentados estão líquidos das despesas financeiras incorridas quando da contratação dos empréstimos.

Os financiamentos obtidos ao BNDES, para aquisição de ativo imobilizado, estão garantidos por itens do ativo imobilizado.

Os pré-pagamentos de exportações estão garantidos pelas exportações futuras. Os contratos de capital de giro representam linhas de crédito rotativo.

Os empréstimos do DEG/FMO têm como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de

Notas Explicativas

São Bernardo do Campo, cujo montante está registrado na rubrica “Ativo de operações descontinuadas”. E o empréstimo junto ao BASA tem como garantia o imóvel, as instalações e os equipamentos da planta de Manaus, cujo valor contábil em 31 de março de 2014 era de R\$ 11,1 milhões.

As cláusulas de garantia dos empréstimos do Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, preveem vínculos a recebíveis e aplicações financeiras atreladas a esses empréstimos.

Como obrigações contratuais dos empréstimos contratados junto ao DEG/FMO, a Companhia deveria atender trimestralmente determinados indicadores financeiros *covenants*), medidos com base nas informações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em atendimento as cláusulas contratuais firmadas junto ao DEG/FMO.

No 1º trimestre de 2014 a Companhia não atendeu a essas obrigações, e em razão das cláusulas de “cross default”, todos os contratos, foram reclassificados para o Curto Prazo, conforme determina o Pronunciamento Técnico de Contabilidade – CPC nº 26, item 74.

Em 31 de março de 2014 a Companhia possuía R\$ 88.078 de empréstimos vencidos (R\$59.615 em 31 de dezembro de 2013).

Os empréstimos firmados estão sujeitos a recuperação judicial, vide detalhes na nota 1.

15. Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fornecedores Nacionais	44.093	71.574	47.203	75.926
Fornecedores Estrangeiros	2.976	2.931	3.129	2.931
	<u>47.069</u>	<u>74.505</u>	<u>50.332</u>	<u>78.857</u>

Alguns fornecedores estão sujeitos a recuperação judicial, vide detalhes na nota 1.

16. Provisão para riscos e discussões judiciais

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A provisão para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Notas Explicativas

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

Controladora

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Trabalhistas e previdenciárias	3.025	4.321	9.434	8.531
Tributárias	4.454	3.023	2.851	1.070
Outras	1.432	1.432	3.876	3.876
	8.911	8.776	16.161	13.477

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	8.531	1.070	3.876	13.477
Adições	903	1.781		2.684
Saldo em 31 de Março de 2014	9.434	2.851	3.876	16.161

Consolidado

	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Trabalhistas e previdenciárias	3.025	4.350	9.626	8.723
Tributárias	4.490	3.023	2.918	1.070
Outras	1.603	1.603	3.876	3.876
	9.118	8.976	16.420	13.669

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	8.723	1.070	3.876	13.669
Adições	903	1.848		2.751
Saldo em 31 de Março de 2014	9.626	2.918	3.876	16.420

Notas Explicativas

Riscos classificados como prováveis – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- Trabalhistas e previdenciárias: são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas-extras, equiparação salarial e outros;
- Tributárias: são representadas por ações de compensação de PIS/ COFINS sobre crédito presumido de IPI, sobre exportações e créditos extemporâneos de ICMS.
- Outras: representados por Empréstimo Compulsório Eletrobrás.

Riscos classificados como possíveis- não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

a) *Tributárias*

- i) PIS E COFINS - compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,31 milhões, atualizado até 31 de março de 2014.
- ii) CPMF – compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 3,72 milhões, atualizado até 31 de março de 2014.
- iii) CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 4,45 milhões, atualizado até 31 de março de 2014.
- iv) Divergência de códigos de Contribuições Retidas; AI/05 de IPI/II Drawback/MG; AI/00 de IRPJ Lucro Inflacionário e compensação de IRRF e outros com saldo credor de IPI/06, não homologadas. A Companhia apresentou as respectivas defesas. O montante envolvido é R\$ 1,03 milhões, atualizado até 31 de março de 2014.

b) *Previdenciárias*

- i) INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas - Em Novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 3,93 milhões, atualizado até 31 de março de 2014.

Notas Explicativas

- ii) INSS e Salário Educação - Compensações de Salário Educação com débitos de INSS e Salário Educação no período de Janeiro de 1999 a Fevereiro de 2002, mediante acórdão favorável transitado em julgado, o qual foi rescindido por decisão proferida em Ação Rescisória. A companhia apresentou recurso. O montante envolvido é de R\$ 4,65 milhões, atualizado até 31 de março de 2014.

c) *Cíveis*

A Companhia é parte em quatro ações cíveis, entre as quais três no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 3,0 milhões, atualizado até 31 de março de 2014.

d) *Legislação vigente*

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

17. Informações sobre partes relacionadas

a) Transações e saldos

Saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e transações nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Com empresas consolidadas	31/03/2014	
	Passivo	Receitas
	Circulante	
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	(22.254)	1.000 (1)
Mangels International Corporation	(116)	-
E.Koga Ltda.	(982)	-
CONTROLADORA	(23.352) (2)	1.000

Com empresas consolidadas	31/12/2013	
	Passivo	Receitas
	Circulante	
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	(16.690)	6.026 (1)
Mangels International Corporation	(174)	-
E.Koga Ltda.	(829)	-
CONTROLADORA	(17.693) (2)	6.026

Notas Explicativas

(1) O saldo do ativo circulante (contabilizado na rubrica outros) e das receitas referem-se à operação comercial de venda de aço da Mangels Industrial S/A. para Mangels Componentes da Amazônia.

(2) O saldo do passivo circulante são contratos de mútuo entre as empresas controladas pela Mangels Industrial S/A.

Empréstimos e Financiamentos Com acionistas minoritários	31/03/2014	
	Passivo	Passivo
	Circulante	Não Circulante
Caixa Econômica Federal	4.371	-

Empréstimos e Financiamentos Com acionistas minoritários	31/12/2013	
	Passivo	Passivo
	Circulante	Não Circulante
Caixa Econômica Federal	4.164	-

Todas as transações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração - Consolidado

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, dos Diretores e os devidos encargos sociais, foi fixada em até R\$ 5.304 a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada em 29 de maio de 2014.

A remuneração paga durante os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 está demonstrada a seguir:

	31/03/2014	31/03/2013
Honorários e encargos da diretoria e conselheiros	1.022	1.352
Outros benefícios	-	92
	<u>1.022</u>	<u>1.444</u>

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

18. Patrimônio líquido

Notas Explicativas

a) Capital social

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia está dividido em 17.349.638 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6.201.730 ordinárias e 11.147.908 preferenciais.

As ações preferenciais não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

31/03/2014 e 31/12/2013

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferencias		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
YUKON FUNDO DE INVEST AÇÕES	-	-	1.491.100	13,38%	1.491.100	8,59%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	-	1.438.268	12,90%	1.438.268	8,29%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	-	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
Outros	4.712	0,08%	7.018.374	62,96%	7.023.086	40,48%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

18. Patrimônio líquido

b) Avaliação por custo atribuído

A realização da avaliação por custo atribuído da Companhia é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

c) Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na BM&F/BOVESPA. Em 31 de março de 2014, havia em circulação no mercado, 4.706 ações ordinárias e 11.141.291 ações preferenciais representando 64,24% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 99,94% das ações preferenciais.

19. Resultado por ação

Notas Explicativas

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/03/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(1.168)	(2.100)	(3.268)
Resultado atribuível aos acionistas	(1.168)	(2.100)	(3.268)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(0,18836)	(0,18836)	(0,18836)
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638

	31/03/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(1.837)	(3.301)	(5.138)
Proveniente das operações descontinuadas	(3.228)	(5.803)	(9.031)
Resultado atribuível aos acionistas	(5.065)	(9.104)	(14.169)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(0,29614)	(0,29614)	(0,29614)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações descontinuadas - R\$	(0,52053)	(0,52053)	(0,52053)
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

20. Resultado financeiro

20.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Juros sobre aplicações financeiras	176	1.129	414	1.459
Descontos Obtidos	35	4	37	4
Outras Receitas	2	226	2	272
	213	1.359	453	1.735

Notas Explicativas

20.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Tarifas Bancárias	(108)	(44)	(120)	(52)
Juros sobre empréstimos	(8.136)	(7.146)	(8.740)	(7.390)
Juros Passivos	(681)	(1.122)	(301)	(1.122)
Outras Despesas	(629)	(2.594)	(629)	(2.879)
	(9.554)	(10.906)	(9.790)	(11.443)

21. Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Matérias-primas consumidas	(49.316)	(67.234)	(60.177)	(75.400)
Outros custos, despesas e receitas	(20.886)	(26.455)	(22.152)	(27.737)
Despesas com pessoal	(20.818)	(27.019)	(21.657)	(27.855)
Depreciação e Amortização	(4.192)	(3.850)	(4.489)	(4.232)
<u>Despesa por natureza</u>	(95.212)	(124.558)	(108.474)	(135.224)
Custo das mercadorias vendidas	(84.899)	(87.565)	(97.382)	(97.440)
Com vendas	(2.270)	(3.510)	(2.430)	(3.657)
Gerais e administrativas	(6.990)	(5.222)	(7.618)	(6.118)
Outras despesas/ receitas operacionais	(1.143)	848	(1.044)	1.100
<u>Despesas por função - Operações Continuadas</u>	(95.212)	(95.449)	(108.474)	(106.115)
Custo das mercadorias vendidas	-	(24.565)	-	(24.565)
Com vendas	-	(1.490)	-	(1.490)
Gerais e administrativas	-	(3.041)	-	(3.041)
Outras despesas/ receitas operacionais	-	(13)	-	(13)
<u>Despesas por função - Operações Descontinuadas</u>	-	(29.109)	-	(29.109)
<u>Despesas por função - Total</u>	(95.212)	(124.558)	(108.474)	(135.224)

22. Receita líquida de vendas de bens e ou serviços

Notas Explicativas

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

<u>Operações Continuadas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2014</u>	31/03/2013	<u>31/03/2014</u>	31/03/2013
Receita Bruta	120.352	122.021	134.662	135.339
Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	(25.450)	(28.497)	(25.996)	(29.029)
Receita Líquida de vendas de bens ou serviços	94.902	93.524	108.666	106.310
<u>Operações Descontinuadas</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2014</u>	31/12/2013	<u>31/03/2014</u>	31/12/2013
Receita Bruta (i)	-	26.383	-	26.383
Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	-	(6.305)	-	(6.305)
Receita Líquida de vendas de bens ou serviços	-	20.078	-	20.078

23. Impostos sobre o resultado

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal brasileira nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013 está descrita a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2014</u>	31/03/2013	<u>31/03/2014</u>	31/03/2013
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social operações continuadas	(3.268)	(5.213)	(3.018)	(4.568)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social operações descontinuadas	-	(9.031)	-	(9.031)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.268)	(14.244)	(3.018)	(13.599)
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(256)	(1.316)	-	-
Lançamentos de RTT que não geram constituição de diferido	519	-	519	
Prejuízo após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(3.005)	(15.560)	(2.499)	(13.599)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	1.022	5.290	850	4.624
<u>Ajustes para apuração da alíquota efetiva:</u>				
Despesas não dedutíveis	(273)	(513)	(273)	(513)
Ativo Diferido não Constituído no período	68	(4.855)	68	(4.855)
Outros	(817)	78	(895)	744
Imposto de renda e contribuição social – corrente	-	-	(250)	(645)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no	-	-	(250)	(645)

Notas Explicativas

resultado de exercício				
Alíquota efetiva	-	-	10,0%	4,74%

a) O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

b) Efeitos da Medida Provisória 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória nº 627 que entre outras providencias:

(i) revoga o Regime Tributário Transitório – RTT;

(ii) introduz alterações no Decreto Lei nº 1.598/77 que trata do Imposto de Renda das pessoas jurídicas e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

(iii) trata sobre a potencial tributação de lucros ou dividendos distribuídos no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2013;

(iv) dispõe sobre o cálculo de juros sobre o capital próprio para os anos calendários de 2008 a 2013, utilizando as contas do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, desconsiderando os valores relativos a ajuste de avaliação patrimonial e reserva de reavaliação;

(v) traz novas disposições quanto a tributação das empresas subsidiárias no exterior.

A Administração da Companhia procedeu a análise dos principais impactos e concluiu que os ajustes a serem efetuados com base na atual redação da Medida Provisória, ainda não aprovada pelo Congresso Nacional e não regulamentada pela Receita Federal, não são relevantes.

a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulados no montante de R\$103.287 (R\$103.355 em 31 de dezembro de 2013).

(ii) *Tributos diferidos ativos*: As atuais previsões de lucratividade futura da Companhia, descontadas a valor presente, não demonstraram lucro tributável no montante suficiente para suportar o imposto de renda e contribuição social diferido, desta forma a Companhia não constitui impostos diferidos.

Abaixo demonstrado os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	53.259	38.479	53.259	38.479
Contribuição diferida sobre base negativa	19.789	14.289	19.789	14.289
Diferenças temporárias				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.959	2.108	1.959	2.108
Provisões para contingências	5.478	2.674	5.478	2.674
Provisões de comissões sobre vendas	35	174	35	174
Provisões para PLR	440	287	440	287
Provisão para perdas em inventário	1.077	3.369	1.077	3.369
Provisão para perdas de imobilizado destinado a venda	6.363	6.062	6.363	6.062
Variação Cambial - Regime Competência	13.657	5.017	13.657	5.017
Provisão Indedutível	4.177	5.009	4.177	5.009
Provisões Phase Out	4.695	11.471	4.695	11.471
Outros	1.064	2.622	1.064	2.622

Notas Explicativas

Diferido não constituído	<u>(103.287)</u>	<u>(54.467)</u>	<u>(103.287)</u>	<u>(54.467)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	6.478	37.094	6.478	37.094
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(6.478)	(6.752)	(6.478)	(6.752)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	<u>-</u>	<u>30.342</u>	<u>-</u>	<u>30.342</u>

(iii) *Tributos diferidos passivos:* A Companhia calcula tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

b) Subvenções governamentais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, Art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/2007, com alterações introduzidas pelo Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo Art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o Art. 5º e Art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do Imposto sobre a Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

24. Operação descontinuada

A Companhia em 2012 descontinuou algumas unidades de negócios com o objetivo de otimizar os seus resultados, fortalecer a sua posição financeira e capitalizar a Empresa.

Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual. Entretanto, diante do pedido de recuperação judicial, a venda desses ativos está suspensa e sujeita à aprovação do plano de recuperação econômica pelos credores da Companhia.

Abaixo segue demonstrados os resultados financeiros das operações descontinuadas:

a) Unidade Aços – São Bernardo do Campo

O encerramento total das atividades desenvolvidas na planta de São Bernardo do Campo ocorreu em julho de 2013, inclusive com a venda de certos ativos. A alienação total dos ativos está prevista para ser concluída em 2014.

Notas Explicativas

Assim, segue apresentado o resultado deste negócio no 1º trimestre de 2013.

As classes passivos de Aços, como para de março de 2013,		<u>31/03/2013</u>	principais de ativos e do negócio classificados mantidos venda em 31 de 2014 e 31 dezembro de são:
Receita líquida de vendas e serviços		20.078	
Custo dos produtos e serviços vendidos		<u>(24.565)</u>	
Lucro Bruto		(4.487)	
Despesas operacionais/ financeiras		<u>(4.544)</u>	
Resultado da operação descontinuada		<u><u>(9.031)</u></u>	

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo		
Circulante		
Contas a Receber	340	244
Estoques	4.165	5.203
(-) Deságio na realização de estoques	(1.981)	(1.998)
Demais ativos	<u>688</u>	<u>898</u>
	3.212	4.347
Não Circulante		
Imobilizado destinado a venda	93.353	93.353
(-) Ajuste ao valor justo de venda e despesas a incorrer na alienação	(19.714)	(19.714)
Ativo imobilizado	833	848
Ativo intangível	590	620
Demais ativos	<u>3.337</u>	<u>3.257</u>
	78.399	78.365
Totais dos ativos	<u>81.611</u>	<u>82.712</u>

Passivo

Circulante

Fornecedores	882	(705)
Outros passivos	4.468	3.396
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	<u>20.944</u>	<u>22.032</u>
	26.294	24.723

Notas Explicativas

Não Circulante		
Outros passivos	3.507	3.340
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	<u>3.800</u>	<u>3.800</u>
	7.307	7.140
Totais dos passivos	<u>33.601</u>	<u>31.864</u>
Ativos líquidos diretamente associados a descontinuidade do negócio	<u>48.010</u>	<u>50.848</u>

Os fluxos de caixa incorridos pelo negócio de Aços seguem demonstrados abaixo:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Fluxo de caixa da operação descontinuada		
Atividades operacionais	-	(6.924)
Relacionada a atividades de descontinuidade do negócio	(522)	(10.631)
Atividades de investimentos	<u>45</u>	<u>(3.412)</u>
Caixa líquido gerado (utilizado)	<u>(477)</u>	<u>(20.967)</u>

b) Ativos e obrigações diretamente associadas a descontinuidade dos negócios

A Companhia segrega os ativos imobilizados destinados à venda e as provisões de despesas com indenizações trabalhistas, ambientais e comercialização de ativos das atividades descontinuadas.

Abaixo seguem demonstrados os saldos dessas contas por negócio:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativo		
Não Circulante		
Ativos imobilizados de operações descontinuadas		
Aços	73.639	73.639
Estamparia	1.431	2.294
Outros	<u>960</u>	<u>960</u>
Totais dos ativos	<u>76.030</u>	<u>76.893</u>
Passivo		
Circulante		
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio		
Aços	20.801	22.032
Estamparia	<u>143</u>	<u>143</u>
	20.944	22.175
Não Circulante		
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio		

Notas Explicativas

Aços	<u>3.800</u>	<u>3.800</u>
Totais dos passivos	<u><u>24.744</u></u>	<u><u>25.975</u></u>

25. Eventos Subsequentes

Foi publicado o edital contendo a lista dos credores em 8 de maio de 2014 e a comunicação da entrega do Plano de Recuperação Judicial . A Companhia aguarda a manifestação dos credores para publicar novo Edital divulgando a data da Assembleia Geral dos Credores.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias

Aos:

Acionistas e Conselho de Administradores da

Mangels Industrial S.A.

São Paulo – SP

Introdução

1. Fomos contratados para para revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Mangels Industrial S.A. – Em Recuperação Judicial (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Informações Trimestrais (ITR)

2. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária”, e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária” e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 “Interim financial reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - (ITR).

Alcance da revisão

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity”). Em decorrência da relevância dos assuntos descritos no parágrafo “Base para emissão de relatório de revisão com abstenção de conclusão sobre as informações contábeis contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR)”, não nos foi possível aplicar todos os procedimentos de revisão que julgávamos apropriados e suficientes para fundamentar nossa conclusão.

Base para emissão de relatório de revisão com abstenção de conclusão sobre as informações contábeis contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR)

4. Conforme divulgado na nota explicativa nº1, em 1º de novembro de 2013, a Companhia ajuizou na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda., nos termos da Lei nº. 11.105/05. Em 27 de novembro de 2013, foi publicado o deferimento do processo da recuperação judicial. Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. A Assembleia Geral de credores, nos termos da referida Lei, votará pela aprovação ou não do referido plano em prazo que não excederá a 180 dias contados do deferimento do processamento da recuperação judicial. A Companhia apresentou ainda, a lista de credores que serão pagos nos termos deste plano, não tendo mensurado até a presente data os possíveis efeitos sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2014, tendo em vista a dependência dos eventos futuros acima mencionados, que poderão ou não ocorrer tais como: a aprovação ou não do plano de recuperação por parte dos credores, bem como o resultado de sua execução.

5. Além do comentado no parágrafo 4) acima, no período de três meses findo em 31 de março de 2014, a Companhia incorreu em prejuízos individual e consolidado de R\$3.268 mil, possui prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$296.176 mil e, o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante consolidado, respectivamente em R\$ 359,627 e em R\$346.674 mil. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e a base para a preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Em 31 de março de 2014, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

6. Devido ao fato da Companhia e suas controladas, dependerem da aprovação ou não do plano de recuperação judicial por parte dos credores e o sucesso da implantação do mesmo, conforme mencionado no parágrafo 4) acima, não nos foi possível concluir se as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia deveriam ser preparadas com base na continuidade normal dos negócios ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação. A base de preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas; a realização do ativo imobilizado relacionado à atividade produtiva; e dos ativos de operações descontinuadas (vide nota explicativa No. 25); a realização dos demais ativos, bem como o pagamento de fornecedores, dos empréstimos e financiamentos, das provisões adicionais de passivos, e de todos os demais passivos, estão diretamente vinculados com a aprovação do plano de recuperação por parte dos credores e sucesso na implantação do plano e são fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano. Esses eventos aqui descritos estão fora do controle da Companhia.

7. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 4) a 6) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, poderão gerar impacto significativos e generalizados nas operações da Companhia. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. Também não podemos concluir como os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, se por meio das operações da Companhia ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis individuais contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR)

8. Devido à relevância e magnitude dos assuntos mencionados na seção “Base para emissão de relatório de revisão com abstenção de conclusão sobre as informações contábeis contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR)”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar a nossa conclusão sobre se as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR).

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis consolidadas contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR)

9. Devido à relevância e magnitude dos assuntos mencionados na seção “Base para emissão de relatório de revisão com abstenção de conclusão sobre as informações contábeis contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR)”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar a nossa conclusão sobre se as informações contábeis intermediárias consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

10. Conforme descrito na nota explicativa 2 e sujeito aos efeitos das condições decorrentes da abstenção de opinião descrita no parágrafo 8 acima, informamos que as informações contábeis intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às informações contábeis intermediárias separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

11. Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, devido a relevância e magnitude dos assuntos mencionados nos parágrafos 4 a 7 da seção “Base para emissão de relatório de revisão com abstenção de conclusão sobre as informações contábeis contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR)” não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente, para fundamentar a nossa conclusão sobre se as demonstrações intermediárias individual e consolidada do valor adicionado (DVA), foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos uma conclusão sobre essas demonstrações intermediárias individual e consolidada do valor adicionado (DVA) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR).

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período comparativos

12. Os valores correspondentes as demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e as informações contábeis intermediárias relativas aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 14 de abril de 2014 e 14 de junho de 2013, respectivamente, contendo abstenção de opinião, com ressalvas similares às descritas nos parágrafos 4 a 7 da seção “Base para emissão de relatório de revisão com abstenção de conclusão sobre as informações contábeis contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR)” acima, e relatório de revisão dos auditores independentes sobre revisão trimestral sem ressalvas, com uma ênfase sobre a continuidade das operações da Companhia. .

São Paulo, 13 de maio de 2013.

Rafael Dominguez Barros

Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1